

RCD no HABEAS CORPUS Nº 564.405 - SE (2020/0052247-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : JACILENE GUERRA SILVA BORGES (PRESO)
ADVOGADO : ABDON ANTÔNIO ABBADE DOS REIS - BA008976
ADVOGADOS : THAIS STROZZI COUTINHO CARVALHO - DF019573
ANDREA FABRINO HOFFMANN FORMIGA - DF018575
JOSE HENRIQUE ABBADE DOS REIS - BA035136
ANA LÍDIA ABBADE DOS REIS - BA035262
BRUNO PERMAN FERNANDES E OUTRO(S) - DF053636
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 519/521, pela qual indeferi a liminar.

Alega a requerente que *foi emitida na data de ontem, 18/3/2020, pelo CNJ uma orientação ou instrução normativa, a ser seguida pelos magistrados atuantes em todo território nacional, valendo o destaque para o fato de que a prisão preventiva, já considerada anteriormente, medida de caráter excepcional, para a figurar como medida de caráter EMERGENCIAL, já que o direito a vida se sobrepõe ao direito a privação da liberdade exercida pelo Estado (fl. 585).*

Sustenta que se enquadra perfeitamente nas diretrizes do CNJ, requerendo a reavaliação do pedido liminar para responder ao processo em liberdade, com a fixação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

De início, observo que o pleno do STF não referendou a liminar concedida, em 17/3/2020, na ADPF 347.

No mais, o pedido para responder em liberdade em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser

Superior Tribunal de Justiça

reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator